

---

---

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO FORTALEZA

BRASÍLIA - DF, 6 DE OUTUBRO DE 2023.

---

---

## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**FORTALEZA AGRÍCOLA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“FORTALEZA AGRÍCOLA”)**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 08.728.058/0001-68, com sede e principal estabelecimento na Avenida Washington Luiz, s/nº, Quadra 03, Lote 03, Setor Estrela D’alva, na cidade de Edéia, Estado de Goiás, CEP: 75.940-000; **FORTALEZA PARTICIPAÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“FORTALEZA EIRELI”)** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 24.991.328/0001-85, com sede na Avenida Washington Luiz, s/nº, Quadra 03, Lote 03, Setor Estrela D’alva, na cidade de Edéia, Estado de Goiás, CEP: 75.940-000; **FG5 COMÉRCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“FG5”)**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 19.376.822/0001-08, com sede na R 09, Chácara 19, Sala 02, Vila Operária, na cidade de Porangatu, Estado de Goiás, CEP: 76.550-000; e **VALDIRON EUGENIO DA SILVA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“VALDIRON”)**, empresário rural inscrito no CNPJ sob o nº 49.787.331/0001-02, residente e domiciliado na cidade de Edéia, no Estado de Goiás, na Avenida Dom Pedro II, Qd. 14, Lt. 02, Setor Fênix, CEP 75.940-000, todos, em conjunto, como **“GRUPO FORTALEZA”** ou **“REQUERENTES”** ou **“RECUPERANDOS”**, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei nº 11.101/05 (“LRF”), apresentam nos autos do processo nº 5126545-78.2023.8.09.0040, distribuído perante a 1ª Vara Cível de Edéia-GO (**“RECUPERAÇÃO JUDICIAL”**) o presente plano de recuperação judicial unitário e consolidado (**“PLANO”** ou **“PRJ”**), conforme os termos e condições a seguir declinados.

### CLÁUSULA 1.ª - DEFINIÇÕES

1.1. DEFINIÇÕES. Exceto se de outra forma previsto no presente PLANO, os termos iniciados em letra maiúscula terão os seguintes significados:

- (i) **“ADMINISTRAÇÃO”**: Significa todas as pessoas naturais que figurem como administradoras das RECUPERANDAS;
- (ii) **“ADMINISTRADOR JUDICIAL”**: Significa o escritório Lara Martins Advogados, inscrito no CNPJ nº 21.583.219/0001-30, constituído nos autos da recuperação Judicial do GRUPO, ou quem eventualmente vier a substituí-lo;
- (iii) **“APROVAÇÃO DO PLANO”**: Significa a aprovação deste PLANO pelos CREDORES CONCURSAIS na ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, na forma do art. 45 ou art. 58, §1º da LRF, ou ainda na forma do art. 45-A e do art. 56-A da LRF. Para os efeitos deste PLANO, considera-se que a APROVAÇÃO DO PLANO ocorrerá na data da ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES que aprovar o PLANO. Nas hipóteses de aprovação nos termos dos arts. 45-A, 56-A e 58, §1º da

LRF, considera-se a APROVAÇÃO DO PLANO na data da decisão que conceder a RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

(iv) “ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES” OU “AGC”: É qualquer assembleia geral de credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da LRF;

(v) “CLASSE”: Conforme definição do art. 41 da LRF;

(vi) “CONTRATO SOCIAL”: é o ato constitutivo das sociedades limitadas;

(vii) “CÓDIGO CIVIL”: Significa a Lei nº 10.406/2002 vigente na DATA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL;

(viii) “CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL”: É a Lei nº 13.105/2015 vigente na DATA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL;

(ix) “CRÉDITOS”: Significa os créditos detidos pelos CREDITORES contra qualquer das RECUPERANDAS no momento do ajuizamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, líquidos ou ilíquidos, materializados ou contingentes, objeto ou não de processos judiciais ou arbitrais, sujeitos ou não aos efeitos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL;

(x) “CRÉDITOS COM GARANTIA REAL”: Significa os créditos assegurados por direitos reais de garantia (tal como um penhor ou uma hipoteca), até o limite do valor do respectivo bem, nos termos do art. 41, II da LRF;

(xi) “CRÉDITOS CONCURSAIS”: Significa os CRÉDITOS existentes contra qualquer das RECUPERANDAS na DATA DO PEDIDO e, portanto, sujeitos aos efeitos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL nos termos do art. 49, *caput*, da LRF, quais sejam, os CRÉDITOS TRABALHISTAS, os CRÉDITOS COM GARANTIA REAL, os CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS e os CRÉDITOS ME E EPP. Não são CRÉDITOS CONCURSAIS os CRÉDITOS que sejam CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS e CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS;

(xii) “CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS”: Significa cada um dos CRÉDITOS e obrigações existentes contra as RECUPERANDAS que não se sujeitam aos efeitos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL e que, em razão disso, não serão reestruturados e novados em razão da aprovação e da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, por força do disposto no art. 49, *caput* e §§ 3º e 4º, da LRF, sendo certo que a sua reestruturação será implementada por meio de negociações bilaterais com os respectivos CREDITORES EXTRACONCURSAIS;

(xiii) “CRÉDITOS DE PARTES RELACIONADAS”: Significa os créditos de titularidade de integrantes do mesmo grupo econômico e entre sócios das RECUPERANDAS decorrentes de mútuos ou outro negócio jurídico realizados entre as RECUPERANDAS, como forma de gestão de caixa, garantia cruzada e transferência de recursos entre as diferentes entidades;

(xiv) “CRÉDITOS ILÍQUIDOS”: Significa os CRÉDITOS CONCURSAIS contingentes ou ilíquidos, objeto de ações judiciais, procedimentos arbitrais ou processos administrativos, derivados de quaisquer fatos geradores até a DATA DO PEDIDO, inclusive, que são considerados CRÉDITOS CONCURSAIS e que, em razão disso, serão reestruturados por este PLANO na forma da Cláusula 5.8, nos termos da LRF, como CRÉDITOS TRABALHISTAS, CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS, CRÉDITOS ME E EPP ou CRÉDITOS DE PARTES RELACIONADAS, conforme aplicável.

(xv) “CRÉDITOS ME E EPP”: Significa os CRÉDITOS CONCURSAIS detidos pelos CREDORES ME E EPP, nos termos do art. 41, inciso IV, da LRF;

(xvi) “CRÉDITO NOVO”: São os mútuos e financiamentos, com garantia ou não, eventualmente concedidos após a DATA DO PEDIDO, nos termos da Cláusula 5.6.1.1;

(xvii) “CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS”: Significa os CRÉDITOS CONCURSAIS detidos pelos CREDORES QUIROGRAFÁRIOS, nos termos do art. 41, inciso III, da LRF;

(xviii) “CRÉDITOS TRABALHISTAS”: Significa os CRÉDITOS CONCURSAIS derivados da legislação do trabalho, decorrentes de acidente de trabalho, os equiparados aos CRÉDITOS TRABALHISTAS por LEI ou jurisprudência e aqueles decorrentes da comunicação da rescisão do contrato de trabalho anteriormente à DATA DO PEDIDO, independentemente da forma do cumprimento do aviso prévio, incluídos os valores objeto de acordos coletivos, convenções coletivas e equiparados, nos termos do art. 41, inciso I, da LRF, que (i) sejam líquidos, certos e incontroversos, sem nenhum processo judicial pendente não transitado em julgado e nem habilitações, divergências ou impugnações de crédito que discutam seu valor ou sua classificação; ou que (ii) estejam sendo ou venham a ser discutidos em ações judiciais;

(xix) “CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS”: Significa os CRÉDITOS de natureza fiscal existentes contra as RECUPERANDAS, inclusive em decorrência de processos administrativos ou judiciais;

(xx) “CREDORES”: Significa as pessoas, naturais ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, ou qualquer entidade, personificada ou não, detentores de CRÉDITOS contra as RECUPERANDAS;

(xxi) “CREDORES COM GARANTIA REAL”: Significa os CREDORES detentores de CRÉDITOS COM GARANTIA REAL;

(xxii) “CREDORES CONCURSAIS”: Significa os CREDORES detentores de CRÉDITOS CONCURSAIS;

(xxiii) “CREDORES FORNECEDORES COLABORADORES”: Significa os CREDORES que manifestarem seu interesse em fornecer ou continuar a fornecer mercadorias para revenda (produtos não financeiros) solicitadas pelas RECUPERANDAS, desde que preencham estritamente os requisitos e de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula 5.4.4;

(xxiv) “CREDORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS”: Significa os CREDORES que manifestarem seu interesse em fornecer ou continuar a fornecer crédito solicitado pelas RECUPERANDAS, desde que preencham estritamente os requisitos e de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula 5.6;

(xxv) “CREDORES ME E EPP”: Significa os CREDORES detentores de CRÉDITOS CONCURSAIS que operam sob a forma de microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme definidas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, independentemente da natureza de seus CRÉDITOS;

(xxvi) “CREDORES QUIROGRAFÁRIOS”: Significa os CREDORES detentores de CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS;

(xxvii) “CREDORES TRABALHISTAS”: Significa os CREDORES titulares de CRÉDITOS TRABALHISTAS;

(xxviii) “DATA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL”: Significa o dia (•);

(xxix) “DATA DE HOMOLOGAÇÃO”: Significa o dia da publicação da decisão de HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO;

(xxx) “DATA DO PEDIDO”: Significa a data em que foi protocolado o pedido de tutela cautelar antecipada ao pedido recuperacional perante o JUÍZO DA RECUPERAÇÃO, nos termos do art. 6º, § 12 da LRF, a saber, o dia 3.3.2023;

(xxxi) “DEMANDA”: Significa, em qualquer grau de jurisdição ou instância, qualquer litígio, ação, reivindicação, processo, reclamação, procedimento arbitral, execução, protesto judicial, decisão, fiscalização, solicitação de informações (inclusive para o início de um procedimento de fiscalização), cobrança, notificação (judicial ou extrajudicial), auto de infração, intimação, procedimento, inquérito, demanda judicial, arbitral ou administrativa, ou, ainda, qualquer outro tipo de ação ou processo, seja judicial, arbitral ou administrativo;

(xxxii) “DIA CORRIDO”: para fins deste PLANO, significa qualquer dia, DIA Útil ou não, de modo que os prazos contados em dias corridos não sejam suspensos ou interrompidos, à exceção do dia do vencimento;

(xxxiii) “DIA ÚTIL”: Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, feriado estadual em Goiás ou feriado municipal na comarca de Edéia-GO, e/ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na cidade de Edéia-GO, e/ou em que o Fórum Judicial onde tramita a RECUPERAÇÃO JUDICIAL não esteja com expediente suspenso ou fechado em função de recesso ou feriado forense;

(xxxiv) “DIP” ou “FINANCIAMENTO DIP”: Significa o financiamento de caráter extraconcursal deferido nos termos dos artigos 69-A e 84, I-B da LRF, pelo JUÍZO DA RECUPERAÇÃO;

(xxxv) “EFEITO ADVERSO RELEVANTE”: Significa, em relação às RECUPERANDAS, qualquer mudança ou efeito que, individual ou conjuntamente com outros fatores, tenha um efeito adverso relevante na situação financeira e nas operações das RECUPERANDAS, que comprometa ou possa comprometer a habilidade das RECUPERANDAS de implementar, consumir e/ou cumprir qualquer de suas obrigações nos termos deste PLANO, desde que, no entanto, para os propósitos desta definição, nenhuma mudança, efeito, evento ou ocorrência surja ou resulte de qualquer das situações a seguir que, isoladas ou combinadas, constituam ou sejam levadas em consideração na determinação de ter sido ou possa ser um EFEITO ADVERSO RELEVANTE: (i) mudanças gerais, desenvolvimentos ou condições em qualquer economia nacional, regional ou municipal ou nas indústrias em que as RECUPERANDAS operem, exceto na medida que as RECUPERANDAS sejam afetadas desproporcionalmente por tais mudanças, desenvolvimentos ou condições; (ii) financeiras ou outra condição política ou de mercado onde as RECUPERANDAS operem e (iii) decisão judicial que, em razão de seu teor, altere substancialmente as premissas econômico-financeiras deste PLANO;

(xxxvi) “HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO”: Significa a decisão judicial proferida pelo JUÍZO DA RECUPERAÇÃO que homologar o PLANO e conceder a recuperação judicial às RECUPERANDAS, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, ambos da LRF;

(xxxvii) “JUÍZO DA RECUPERAÇÃO” ou “JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL”: Significa o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Edéia do Estado de Goiás, no qual foi distribuída a Recuperação Judicial;

(xxxviii) “LAUDOS”: Significa os laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das Recuperandas, elaborados nos termos do art. 53, incisos II e III da LRF;

(xxxix) “LEI”: Significa qualquer lei, regulamento, ordem, sentença ou decreto expedido por qualquer autoridade governamental;

(xl) “LRF”: Significa a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, vigente na DATA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL;

(xli) “LUCRO BRUTO”: é o valor resultante da subtração dos custos diretos relacionados à venda de um produto, tais como custo de aquisição, impostos diretos sobre a venda, mão de obra direta e custos de produção;

(xlii) “NOVAÇÃO”: significa a extinção dos créditos concursais com a sua consequente substituição pelas obrigações previstas neste plano, conforme art. 59 da LRF, a partir da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO;

(xlili) “ÔNUS” significa quaisquer cauções, fianças, hipotecas, penhores, garantias, servidões, gravames, alienação fiduciária, penhora, arresto, arrolamento, encargos, indisponibili-

dade, protesto contra alienação de bens, averbação pré-executória, contratos de venda condicionada, restrições, reservas, opções, direitos de preferência, acordos para exercício de direito de voto, usufruto ou quaisquer outros ônus de qualquer natureza;

(xliv) “PARTES ISENTAS”: Significa as RECUPERANDAS e seus respectivos sócios, diretores, conselheiros, conselheiros fiscais e membros de comitê de assessoramento, funcionários, advogados, assessores, fiadores, avalistas, co-devedores, garantidores, agentes, mandatários e representantes, atuais ou anteriores, incluindo seus antecessores e sucessores;

(xlv) “PLANO”: Significa este plano de recuperação judicial, incluindo todos os seus Anexos;

(xlvi) “RELAÇÃO DE CREDORES”: Significa a relação consolidada de credores apresentada pelas RECUPERANDAS e que poderá ser aditada pela ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, de tempos em tempos, seja em virtude dos julgamentos administrativos ou judicial no âmbito das divergências, habilitações e impugnações de crédito, seja em razão de decisões judiciais ou arbitrais que reconhecerem novos CRÉDITOS CONCURSAIS ou alterarem a legitimidade, classificação ou o valor de CRÉDITOS CONCURSAIS já reconhecidos, desde que transitadas em julgado ou que tais reconhecimentos, alterações, classificações ou valores produzam efeitos em decorrência de ordem judicial específica expedida pelo JUÍZO DA RECUPERAÇÃO;

(xlvii) “SALDO REMANESCENTE DA CLASSE I”: significa a definição da Cláusula 5.1.1;

(xlviii) “SALDO REMANESCENTE DA CLASSE II”: significa a definição da Cláusula 5.2.1;

(xlix) “TERCEIRO”: significa qualquer pessoa física ou jurídica, sociedade anônima, associação, sociedade limitada, sociedade simples, *trust*, entidade sem personalidade jurídica, fundo de investimento, órgão governamental ou regulador e suas subdivisões ou qualquer outra pessoa com ou sem personalidade jurídica;

(l) “TJGO”: Significa o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

(li) “TR”: significa a taxa de referência instituída pela Lei nº 8.177/91, conforme apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, cujo produto agregar-se-á ao saldo do valor nominal do CRÉDITO para fins de cálculo do valor pecuniário das obrigações previstas neste PLANO, e que será devido nas datas de pagamento aqui estabelecidas. No caso de indisponibilidade temporária da TR, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por DIAS ÚTEIS, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 5 (cinco) DIAS ÚTEIS após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, a TR deverá ser substituída pela substituta determinada legalmente para tanto; e

(lii) “UPI”: Significa a unidade produtiva isolada, a ser eventual e oportunamente constituída pelas RECUPERANDAS com bens, direitos ou ativos de qualquer natureza, tangíveis ou intangíveis, isolados ou em conjunto, incluídas participações dos sócios das RECUPERANDAS, na forma dos arts. 60 e 60-A da LRF.

1.2. INTERPRETAÇÃO. Os cabeçalhos e títulos deste PLANO servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado das cláusulas, parágrafos ou artigos aos quais se aplicam. Os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste PLANO aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.

1.2.1. As referências a este PLANO ou a qualquer outro documento devem ser interpretadas como referências a este PLANO ou a tal outro documento, conforme aditado, modificado, repactuado, complementado ou substituído, de tempos em tempos.

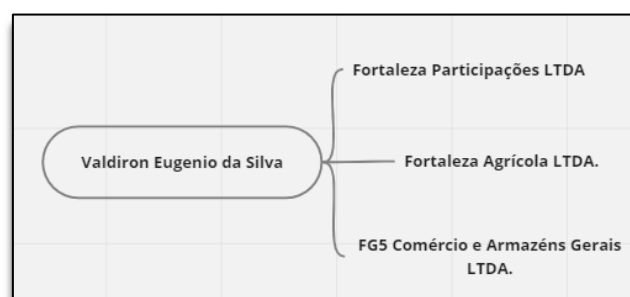
1.2.2. A expressão “esta Cláusula”, a não ser que seja seguida de referência a uma disposição específica, deve ser considerada referente à Cláusula por inteiro (não apenas à Cláusula, parágrafo ou outra disposição) na qual a expressão aparece.

1.2.3. Os títulos das Cláusulas, sub-Cláusulas, Anexos, partes e parágrafos são apenas para conveniência e não afetam a interpretação deste PLANO.

## CLÁUSULA 2.ª - DA CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. HISTÓRIA DO GRUPO FORTALEZA, INSTALAÇÕES E DEMAIS CARACTERÍSTICAS DO NEGÓCIO.

Atualmente, a estrutura societária atual do GRUPO FORTALEZA pode ser compreendida na seguinte ilustração:





O GRUPO FORTALEZA é o resultado do esforço e persistência do seu fundador, o sr. VALDIRON, a partir do seu desejo de contribuir para o sucesso do agronegócio brasileiro, motivo pelo qual contar a história do GRUPO FORTALEZA significa revisitar a trajetória pessoal do sr. VALDIRON.

No ano de 2002, por conta de sua graduação em Agronomia, o sr. VALDIRON teve que ir para a cidade de Edéia (GO) para cursar seu estágio obrigatório em uma empresa do ramo de Consultoria Agrônômica, a SEMEAR, na área de assistência técnica. Em março daquele mesmo ano, o sr. VALDIRON recebeu uma oportunidade para trabalhar em outra grande empresa ligada ao Agronegócio, a Fertiagro, ao que debutou na área comercial, exercendo aquela atividade por praticamente um ano.

Após adquirir vivência em outros setores do agronegócio, bem como depois de firmar várias amizades em seu ramo de atividade, em 2004, o sr. VALDIRON decidiu empreender uma nova aventura, agora no plantio de soja. Na cidade de Edéia, juntamente com seu cunhado, começou o plantio em aproximadamente 60 hectares. Não demorou muito para aumentar a escala da plantação, passando a cultivar 500 hectares, agora com as pessoas que conheceu em seu estágio obrigatório, na SEMEAR, em terras arrendadas da Usina Denusa.

Sem deixar de lado seu interesse pela área comercial, o sr. VALDIRON passou a trabalhar na empresa Espaço Agrícola, empresa de Goiatuba (GO) que também tinha escritório na cidade de Edéia.

Em 2007, o avô do sr. VALDIRON lhe cedeu 53 hectares de terra na cidade de Arenópolis (GO), com a finalidade de que fossem utilizados como garantia junto a famosa empresa Bayer S/A, viabilizando, por isso, o início do seu próprio negócio.

Assim, por meio do *know-how* desenvolvido ao longo dos anos pelo sr. VALDIRON, em adição às amizades e parcerias firmadas durante o período em que trabalhou como vendedor, e os 53 hectares de terra que puderam ser ofertados em garantia, é que foi fundado o GRUPO FORTALEZA, especificamente em março de 2007, data da implementação da primeira loja do GRUPO.

Os resultados da empresa logo no primeiro ano foram animadores, posto que o GRUPO alcançou um faturamento de R\$ 1.624.000,00. Acreditando no potencial agrícola do Centro-Oeste, o sr. VALDIRON decidiu ampliar a operação para outras localidades. Então, após ouvir falar muito bem da cidade de Padre Bernardo (GO), decidiu inaugurar ali a segunda loja do GRUPO FORTALEZA.

Ao chegar na cidade, percebeu que a região não possuía nenhuma revenda, vendo nisso uma grande oportunidade de negócio. Esse fato ficou confirmado com o faturamento da nova loja, pois chegou ao patamar de aproximadamente R\$ 5.000.000,00.

Juntamente com a revenda, o Sr. VALDIRON teve a ideia de iniciar, da mesma forma que fazia em Edéia, o plantio de soja em Padre Bernardo. Dessa maneira, parou de plantar em Edéia, onde plantava aproximadamente 500 hectares, migrando para a cidade de Padre Bernardo, onde, em 2009, arrendou uma área de aproximadamente 1.300 hectares pelo período de 8 anos.

Ainda naquele ano, em razão da alta no plantio, o Sr. VALDIRON decidiu ampliar a área de cultivo de soja, adquirindo aproximadamente 100 hectares na cidade de Padre Bernardo.

Como o negócio de plantio estava dando resultado, as ações seguintes consistiram na aquisição de novas áreas agrícolas, ao que se computa o total de mais de 266 hectares adquiridas para essa finalidade.

Em 2010, pensando em explorar ainda mais o Estado de Goiás, bem como expandir o negócio, o Sr. VALDIRON abriu uma nova unidade do GRUPO de revenda de produtos agrícolas, na cidade de Uruaçu (GO). Nessa época, o GRUPO FORTALEZA já empregava diretamente mais de 15 funcionários. O sucesso do empreendimento era incontestável. Nesse período, o faturamento do GRUPO já ultrapassava a marca de R\$ 50.000.000,00.

Com resultados impressionantes, em 2012, o sr. VALDIRON desejou explorar novas oportunidades em novos mercados e regiões mais promissoras, ao que inaugurou a primeira empresa do GRUPO FORTALEZA fora do estado de Goiás, na cidade de Gurupi (TO).

Depois do êxito no setor de revenda de produtos agrícolas e cultivo de soja, o sr. VALDIRON vislumbrou a existência de um vasto – e novo – mercado a ser explorado no interior de Goiás, na área de armazenagem de produtos. Assim, em novembro de 2013, criou a Fortaleza Armazéns, na cidade de Porangatu (GO), com capacidade de armazenamento de 30 mil toneladas. Também nesse ano, o GRUPO FORTALEZA abriu sua revenda na cidade de Alvorada (TO).

Em 2015, com a expansão do plantio em Tocantins, e com nova oportunidade de negócio, o Sr. VALDIRON resolveu vender as suas terras na cidade de Padre Bernardo e comprar terras na cidade de Figueirópolis (TO). Foram então adquiridos 1.435,06 hectares. Em 2016, o GRUPO FORTALEZA abriu sua revenda na cidade de Porto Nacional (TO).

Na safra dos anos de 2015 e 2016, por questões climáticas extremas, após uma seca muito grande, principalmente nos estados de Goiás e Tocantins, o negócio sofreu seu primeiro grande baque, pois houve uma queda na produção e no faturamento, bem como se teve o registro de inadimplência por grande parte dos clientes do GRUPO FORTALEZA.

Para se ter ideia, em 2018, ainda que o GRUPO tivesse atingido faturamento superior a R\$ 120 milhões, a inadimplência mantinha-se elevada, com o montante de R\$ 60 milhões em créditos não recebidos.

O GRUPO tentou receber a conta, chegando a fazer novos fornecimentos de mercadorias em safra posterior, no intuito de receber a conta atual e a conta em atraso, porém, o resultado foi o agravamento da inadimplência.

Inobstante a isso, imbuído de seu espírito empreendedor, buscando oportunidades nos setores mais promissores do mercado, o Sr. VALDIRON decidiu expandir sua atividade para uma nova localidade, na cidade de Tailândia (PA). A loja foi inaugurada em 2020.

Ao tempo da inauguração da nova loja no estado do Pará, sobreveio a pandemia do coronavírus (COVID-19), fazendo com que o GRUPO FORTALEZA, mesmo diante de todos os marcos alcançados e sua posição consolidada como um dos maiores *players* dentro do agronegócio, enfrentasse grave crise financeira.

Como dito, com as secas ocorridas nas safras de 2015 e 2016, o agravamento das inadimplências, principalmente nas regiões de Padre Bernardo (GO) e Uruaçu (GO), e, ao fim, com os efeitos devastadores da pandemia de Covid-19, a operação do GRUPO, capital de giro e fluxo de caixa foram severamente prejudicadas, dando começo aos problemas para quitação de suas obrigações.

Diante desse cenário, o GRUPO se viu na necessidade de buscar novas linhas de financiamentos, recorrendo aos bancos, *factorings*, fundos e demais formas de financiamento. Todavia, essa estratégia desencadeou outros problemas financeiros, vez que, por conta de um atraso junto a bancos e fornecedores, o GRUPO realizou algumas negociações apenas para manter o funcionamento das atividades, chegando a pagar mais de R\$ 8.000.000,00 de juros para um único fornecedor, como forma de continuar o fornecimento. Em outra negociação, os juros compactuados ultrapassaram R\$ 5.000.000,00.

Nesse passo, o crescimento do faturamento era acompanhado de perto pelo aumento do custo dos produtos, das despesas financeiras e da inadimplência, fazendo com que o GRUPO começasse a ter dificuldades de honrar seus compromissos em dia.

A despeito disso, o GRUPO FORTALEZA, desde o início de suas atividades, desempenha um papel de destaque dentro da cadeia de produção agrícola brasileira, sendo um importante distribuidor de insumos da região, conhecida por ser pioneira do setor no norte de Goiás e sul do Tocantins.

Ao longo de sua existência, estabeleceu nove unidades de negócio, contando com quase cem colaboradores diretos, dentre os quais elencam-se os agrônomos responsáveis pelo acompanhamento técnico das lavouras de sua região de atuação.

Atuando com respeito, compromisso, transparência e competência, o GRUPO FORTALEZA, muito mais que um mero conglomerado voltado para o agronegócio, tornou-se um importante vetor para o crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.

O tamanho e a importância do GRUPO FORTALEZA para a região também podem ser mensurados pelos diversos postos de trabalho, diretos e indiretos, gerados, sem contar a intermediação com parceiros nacionais e internacionais, e o abastecimento de outros pequenos e médios empresários do ramo.

2.2. OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O PLANO tem por objetivo a reestruturação dos CRÉDITOS CONCURSAIS de maneira justa e equânime, consistente com as projeções de negócios das RECUPERANDAS, necessidades de fluxo de caixa e investimentos necessários para a sua recuperação. A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO busca a: (i) preservar a função social das RECUPERANDAS e de seus negócios; (ii) preservar os empregos existentes e promover a geração de novos empregos; (iii) permitir que GRUPO FORTALEZA supere sua crise econômico-financeira; (iv) evitar a falência prematura das RECUPERANDAS; (v) permitir que o GRUPO FORTALEZA estabeleça nova capacidade produtiva e posição financeira independente e sustentável; e (vi) viabilizar novos investimentos.

### **CLÁUSULA 3.ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1. CONFLITOS ENTRE CLÁUSULAS. Na hipótese de conflito entre Cláusulas, a Cláusula que contenha disposição específica prevalecerá sobre a Cláusula que contenha disposição genérica.

3.2. CONFLITO COM ANEXOS. Na hipótese de conflito entre qualquer disposição do PLANO e quaisquer dos Anexos, as disposições deste PLANO prevalecerão.

3.3. CONFLITOS COM CONTRATOS. Na hipótese de conflito entre qualquer disposição deste PLANO e quaisquer disposições de quaisquer contratos e/ou escrituras relativos aos CRÉDITOS CONCURSAIS, as disposições deste PLANO prevalecerão.

3.4. DISPOSIÇÕES LEGAIS. As referências a disposições legais devem ser interpretadas como referências à legislação em vigor na DATA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

3.5. PRAZOS. Todos os prazos previstos no PLANO deverão ser considerados de acordo com o CÓDIGO CIVIL, que estabelece que o dia de início do prazo será excluído e o último

dia do prazo será incluído. Todos os termos e prazos referidos neste PLANO (sejam contados em DIAS ÚTEIS ou DIAS CORRIDOS), cujo termo final seja em um dia que não seja DIA ÚTIL, serão considerados como imediatamente prorrogados para o DIA ÚTIL subsequente.

3.6. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AO PAGAMENTO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS. O PLANO se aplica a todos os CRÉDITOS CONCURSAIS, independentemente da CLASSE de CREDITORES em que os CRÉDITOS CONCURSAIS se enquadrem, e regula todas as relações entre o GRUPO FORTALEZA e os CREDITORES CONCURSAIS, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem aos CRÉDITOS CONCURSAIS.

#### CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> – DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

4.1. VISÃO GERAL. O GRUPO FORTALEZA propõe a adoção das medidas elencadas abaixo como forma de superar a sua atual e momentânea crise econômico-financeira, as quais estão detalhadas nas seções específicas do presente PLANO, nos termos da LRF e demais LEIS aplicáveis.

4.1.1. AUMENTO DE CAPITAL – NOVOS RECURSOS. o GRUPO FORTALEZA poderá realizar um aumento de capital em montante necessário a assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos CRÉDITOS CONCURSAIS contemplados neste PLANO.

4.1.2. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS. O GRUPO FORTALEZA realizará uma reestruturação e equalização de seu passivo relativo a CRÉDITOS CONCURSAIS, adequando-os à sua capacidade de pagamento, mediante alteração no prazo, nos encargos e na forma de pagamento, nos termos estabelecidos na Cláusula 5<sup>a</sup>.

4.1.3. ALIENAÇÃO E ONERAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO ATIVO PERMANENTE. Como forma de levantamento de recursos, as RECUPERANDAS poderão promover a alienação dos bens que integram o ativo permanente (não circulante) do GRUPO FORTALEZA que se encontram listados no Anexo I, bem como de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do seu ativo permanente, sob a forma de UPIs ou não, independentemente de nova aprovação dos CREDITORES CONCURSAIS, na forma da Cláusula 4.1.3.4 deste PLANO e dos arts. 60, 60-A, 66, 66-A, 140, 141 e 142 da LRF e observados os termos e condições deste PLANO, desde que observadas e/ou obtidas as autorizações ou limitações regulatórias necessárias, e aquelas previstas nos CONTRATOS SOCIAIS das RECUPERANDAS, conforme aplicáveis.

4.1.3.1. Na alienação de UPI, a(s) UPI(s) e o(s) adquirente(s) não sucederá(ão) nas obrigações do GRUPO FORTALEZA de quaisquer naturezas, nos termos do disposto no art. 60, parágrafo único, e art. 141, inciso II da LRF e do art. 133, parágrafo

primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966, inclusive as obrigações de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, cível, comercial, consumerista, trabalhista e previdenciária.

- 4.1.3.2. O disposto na Cláusula 4.1.3.1 a respeito da não sucessão do(s) adquirente(s) nas obrigações do GRUPO FORTALEZA será aplicável, após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO, independentemente da forma que vier a ser implementada para alienação da UPI, ordinária, extraordinária ou qualquer forma alternativa, aplicando-se, conforme o caso, o disposto nos arts. 60, parágrafo único, 142, 144 ou 145 da LRF.
- 4.1.3.3. Na alienação dos demais bens móveis ou imóveis do GRUPO FORTALEZA, que não constituírem UPIs, sejam tais bens vendidos individualmente ou em bloco, direta ou indiretamente, mediante o aporte dos mesmos no capital de alguma sociedade do GRUPO FORTALEZA e a venda das quotas ou ações de sua emissão, o(s) adquirente(s) não sucederá(ão) nas obrigações do GRUPO FORTALEZA de quaisquer naturezas, nos termos do disposto nos art. 66, §3, 141, inciso II e no art. 142 da LRF, inclusive as obrigações de natureza ambiental, regulatória, administrativa, anticorrupção ou trabalhista, excepcionadas as obrigações relativas ao próprio bem alienado (*propter rem*), tais como IPTU e condomínio, nas hipóteses de alienação de imóveis.
- 4.1.3.4. As RECUPERANDAS poderão alienar os bens que integram seu ativo permanente (não circulante) que se encontram listados no Anexo I e que não forem utilizados para a constituição de UPIs, independentemente de nova aprovação dos CREDORES CONCURSAIS, da forma que entenderem mais eficiente, inclusive extrajudicialmente e diretamente a eventuais interessados, não estando obrigadas a seguir qualquer das modalidades ordinárias de alienação judicial de ativos previstas no art. 142 da LRF.
- 4.1.4. DAÇÃO EM PAGAMENTO. Como forma de quitação ou amortização de passivo, as RECUPERANDAS poderão promover a dação em pagamento de bens que integram o ativo permanente (não circulante) do GRUPO FORTALEZA que se encontram listados no Anexo I, bem como de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do seu ativo permanente, sob a forma de UPIs ou não, independentemente de nova aprovação dos CREDORES CONCURSAIS, na forma da Cláusula 4.1.4.4 deste PLANO e do art. 50, IX, da LRF e observados os termos e condições deste PLANO, desde que observadas e/ou obtidas as autorizações ou limitações regulatórias necessárias, e aquelas previstas nos CONTRATOS SOCIAIS das RECUPERANDAS, conforme aplicáveis.
  - 4.1.4.1. Na dação em pagamento de UPI, a(s) UPI(s) e o(s) adquirente(s) não sucederá(ão) nas obrigações do Grupo Fortaleza de quaisquer naturezas, nos termos do disposto no art. 60, parágrafo único da LRF e do art. 133, parágrafo primeiro,

inciso II da Lei nº 5.172/1966, inclusive as obrigações de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, cível, comercial, consumerista, trabalhista e previdenciária.

- 4.1.4.2. O disposto na Cláusula 4.1.4.1 a respeito da não sucessão do(s) adquirente(s) nas obrigações do GRUPO FORTALEZA será aplicável, após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO, independentemente da forma que vier a ser implementada para a dação em pagamento da UPI, ordinária, extraordinária ou qualquer forma alternativa, aplicando-se, conforme o caso, o disposto no art. 60, parágrafo único da LRF.
- 4.1.4.3. Na dação em pagamento dos demais bens móveis ou imóveis do GRUPO FORTALEZA, que não constituírem UPIs, sejam tais bens vendidos individualmente ou em bloco, direta ou indiretamente, mediante o aporte dos mesmos no capital de alguma sociedade do GRUPO FORTALEZA e a venda das quotas ou ações de sua emissão, o(s) adquirente(s) não sucederá(ão) nas obrigações do GRUPO FORTALEZA de quaisquer naturezas, nos termos do disposto nos art. 66, §3º da LRF, inclusive as obrigações de natureza ambiental, regulatória, administrativa, anticorrupção ou trabalhista, excepcionadas as obrigações relativas ao próprio bem alienado (propter rem), tais como IPTU e condomínio, nas hipóteses de alienação de imóveis.
- 4.1.4.4. As RECUPERANDAS poderão dar em pagamento os bens que integram seu ativo permanente (não circulante) que se encontram listados no Anexo I e que não forem utilizados para a constituição de UPIs, independentemente de nova aprovação dos CREDORES CONCURSAIS, da forma que entenderem mais eficiente, inclusive extrajudicialmente e diretamente a eventuais interessados.
- 4.1.5. NOVOS RECURSOS. O GRUPO FORTALEZA também poderá prospectar e adotar medidas, inclusive durante a RECUPERAÇÃO JUDICIAL e sem a necessidade de prévia autorização dos CREDORES CONCURSAIS em ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, visando à obtenção de novos recursos, mediante a implementação de eventuais aumentos de capital por meio de subscrição pública ou privada, incluindo os aumentos de capital previstos neste PLANO, contratação de novas linhas de crédito, financiamentos de qualquer natureza ou outras formas de captação, inclusive no mercado de capitais e com o oferecimento de garantias, a serem aprovados nos termos dos respectivos estatutos sociais das sociedades do GRUPO FORTALEZA e desde que observados os termos dispostos neste PLANO e nos arts. 67, 69-A e seguintes, 84 e 149 da LRF. Eventuais novos recursos captados no mercado de capitais terão natureza extraconcursal para fins do disposto na LRF, exceto no que diz respeito a eventuais aumentos de capital, uma vez que não representam obrigações de pagamento.
- 4.1.6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. O GRUPO FORTALEZA poderá realizar uma ou mais operações de reorganização societária, nos termos da Cláusula 6ª deste PLANO, visando

à obtenção de uma estrutura mais eficiente e adequada à implementação das propostas previstas neste PLANO, à continuidade de suas atividades, à implementação de seu plano estratégico de negócios e à constituição e organização de UPIs para posterior alienação pelas RECUPERANDAS, ou qualquer outra reorganização societária que venha a ser oportunamente definida pelas RECUPERANDAS, nos termos do art. 50 da LRF, desde que não cause um EFEITO ADVERSO RELEVANTE nas sociedades integrantes do GRUPO FORTALEZA, a fim de admitir, inclusive, novos acionistas e/ou novos investidores.

#### **CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> – DA REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS**

- 5.1. CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS. Os CRÉDITOS TRABALHISTAS de natureza estritamente salarial cujos valores sejam inferiores a 5 (cinco) salários-mínimos, vencidos nos 3 (três) meses anteriores à DATA DO PEDIDO, serão pagos integralmente em uma parcela única, no prazo de 30 (trinta) DIAS CORRIDOS da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.1.1. Os CRÉDITOS TRABALHISTAS que não sejam integralmente quitados através do pagamento em parcela única no prazo de 30 (trinta) DIAS CORRIDOS, serão amortizados (ou quitados, conforme o caso) através do pagamento a vista de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitado ao valor do CRÉDITO TRABALHISTA, no prazo de 30 (trinta) DIAS CORRIDOS da DATA DE HOMOLOGAÇÃO. Caso haja saldo remanescente após esses pagamentos ocorridos nos primeiros 30 (trinta) DIAS CORRIDOS da DATA DA HOMOLOGAÇÃO, estes créditos sofrerão um deságio de 80% (oitenta por cento) e restarão caracterizados como “SALDO REMANESCENTE DA CLASSE I”.
- 5.1.2. O SALDO REMANESCENTE DA CLASSE I que não exceder o valor de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos será pago a todos os CREDORES TRABALHISTAS por meio de uma parcela única, no prazo de 12 (doze) meses, a contar do trânsito em julgado da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO.
- 5.1.3. O SALDO REMANESCENTE DA CLASSE I que exceder 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos será pago na forma dos CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS, na forma estabelecida pela Cláusula 5.3.
- 5.1.4. Não incidirão quaisquer juros ou correção monetária sobre os CRÉDITOS TRABALHISTAS entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento.
- 5.1.5. Ante a NOVAÇÃO derivada da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, as multas previstas nos acordos eventualmente celebrados em sede de DEMANDAS trabalhistas serão integralmente remidas, não sendo, pois, devidas.



- 5.1.6. As RECUPERANDAS poderão antecipar o pagamento dos CRÉDITOS TRABALHISTAS caso haja disponibilidade de caixa suficiente e fluxo de recursos favorável, salientando-se que essa possibilidade de antecipação do pagamento do crédito está condicionada à existência de reserva de caixa adequada e ao não prejuízo dos demais CREDITORES.
- 5.1.7. Todo CRÉDITO TRABALHISTA que tiver por fato gerador obrigação incorrida anteriormente à DATA DO PEDIDO se sujeita à RECUPERAÇÃO JUDICIAL e aos termos deste PLANO, ainda que o ajuizamento da DEMANDA trabalhista, ou a respectiva liquidação ou reconhecimento judicial do CRÉDITO TRABALHISTA seja posterior à DATA DO PEDIDO.
- 5.1.8. Ante a NOVAÇÃO derivada da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, as multas e penalidades previstas nas DEMANDAS ou nos acordos eventualmente celebrados em sede das DEMANDAS serão integralmente remidas, não sendo, pois, devidas.
- 5.2. CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL
- 5.2.1. Caso as RECUPERANDAS proponham, os CREDITORES COM GARANTIA REAL poderão receber em dação em pagamento o bem que garante o seu respectivo CRÉDITO COM GARANTIA REAL em quitação, parcial ou total, do seu CRÉDITO COM GARANTIA REAL original, isto é, antes da aplicação de qualquer deságio ou parcelamento, até o limite do CRÉDITO COM GARANTIA REAL original. Caso haja saldo remanescente após esse pagamento, estes créditos restarão caracterizados como “SALDO REMANESCENTE DA CLASSE II”.
- 5.2.2. O SALDO REMANESCENTE DA CLASSE II dos CREDITORES COM GARANTIA REAL que tenham parte do seu CRÉDITO COM GARANTIA REAL original parcialmente amortizado na forma da Cláusula 5.2.1 sofrerá um deságio de 53,5% (cinquenta e três vírgula cinquenta por cento) sobre o SALDO REMANESCENTE DA CLASSE II, devendo o saldo remanescente, após a aplicação do deságio, incluindo juros e principal, ser pago em 10 (dez) parcelas anuais, vencendo-se a primeira 24 (vinte e quatro meses) após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO acrescidos de taxa de juros anuais de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata die*, sem a aplicação de qualquer correção monetária, calculados a partir da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.2.3. O CRÉDITO COM GARANTIA REAL dos CREDITORES COM GARANTIA REAL que não tenham parte do seu CRÉDITO COM GARANTIA REAL original parcialmente amortizado na forma da Cláusula 5.2.1 sofrerá um deságio de 80% devendo o saldo remanescente, após a aplicação do deságio, incluindo juros e principal, ser pago em 10 (dez) parcelas anuais, vencendo-se a primeira 24 (vinte e quatro meses) após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO acrescidos de TR ao ano, *pro rata die*, calculados a partir da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.

- 5.2.4. Não incidirão quaisquer juros ou correção monetária sobre os CRÉDITOS COM GARANTIA REAL entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento além do que estiver expressamente previsto nesta Cláusula 5.1.8 e sub-cláusulas.
- 5.2.5. As RECUPERANDAS poderão, a seu exclusivo critério, antecipar o pagamento dos CRÉDITOS COM GARANTIA REAL, caso haja disponibilidade de caixa suficiente e fluxo de recursos favorável, salientando-se que essa possibilidade de antecipação do pagamento do crédito está condicionada à incidência do deságio, trazendo-se o valor da parcela a valor presente pela variação reversa da taxa de juros correspondente da data em que ocorrer a antecipação, desde que não haja prejuízo aos demais CREDORES COM GARANTIA REAL.
- 5.2.6. A hipótese de incidência das Cláusulas 5.2.1 e 5.2.2 está condicionada ao interesse exclusivo das RECUPERANDAS.
- 5.2.7. Ante a NOVAÇÃO derivada da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, as multas e penalidades previstas nas DEMANDAS ou nos acordos eventualmente celebrados em sede das DEMANDAS serão integralmente remidas, não sendo, pois, devidas.
- 5.3. CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS
- 5.3.1. Os CREDORES QUIROGRAFÁRIOS de CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) terão seu crédito quitado por meio de pagamento à vista, limitado ao valor do CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO, no prazo de 30 (trinta) DIAS CORRIDOS da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.3.2. Os CREDORES QUIROGRAFÁRIOS de CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) terão seu crédito quitado em 10 (dez) parcelas anuais, vencendo-se a primeira 24 (vinte e quatro meses) após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.3.3. Os CREDORES QUIROGRAFÁRIOS de CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS iguais ou superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sofrerão deságio de 80% (oitenta por cento), devendo o saldo, após a aplicação do deságio, incluindo juros e principal, ser pago em 10 (dez) parcelas anuais, vencendo-se a primeira 24 (vinte e quatro meses) após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.3.4. Os CREDORES QUIROGRAFÁRIOS detentores de CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) poderão optar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da DATA DE HOMOLOGAÇÃO, mediante o envio para a FORTALEZA do termo de adesão constante do Anexo II, pelo recebimento do valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos da Cláusula 5.3.1, renunciando ao direito de receber o

pagamento do valor de seu CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO que exceder R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e outorgando às RECUPERANDAS, no mesmo momento da realização da opção, a mais ampla, rasa, irrevogável e irretratável quitação pelo recebimento do valor integral dos seus respectivos CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS.

- 5.3.5. Todos os CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS serão corrigidos entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento pela TR acrescidos de 2% (dois por cento) ao ano, *pro rata die*, a partir da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.3.6. As RECUPERANDAS poderão antecipar o pagamento dos CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS, caso haja disponibilidade de caixa suficiente e fluxo de recursos favorável, salientando-se que essa possibilidade de antecipação do pagamento do crédito está condicionada à incidência do deságio, trazendo-se o valor da parcela a valor presente pela variação reversa da TR + 2% (dois por cento) ao ano da data em que ocorrer a antecipação, desde que não haja prejuízo aos demais CREDORES QUIROGRAFÁRIOS.
- 5.3.7. Não incidirão quaisquer juros ou correção monetária sobre os CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento além do que estiver expressamente previsto nesta Cláusula 5.3 e sub-cláusulas.
- 5.3.8. Ante a NOVAÇÃO derivada da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, as multas e penalidades previstas nas DEMANDAS ou nos acordos eventualmente celebrados em sede das DEMANDAS serão integralmente remidas, não sendo, pois, devidas.
- 5.4. CLASSE IV – CRÉDITOS ME OU EPP
  - 5.4.1. Os CRÉDITOS ME OU EPP sofrerão deságio de 80% (oitenta por cento), devendo o saldo, após a aplicação do deságio, incluindo juros e principal, ser pago em 12 (doze) parcelas anuais, vencendo-se a primeira 24 (vinte e quatro meses) após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
  - 5.4.2. Todos os CRÉDITOS ME OU EPP serão corrigidos entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento pela TR acrescidos 2% (dois por cento) ao ano, *pro rata die*, a partir da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
  - 5.4.3. As RECUPERANDAS poderão antecipar o pagamento dos CRÉDITOS ME OU EPP, caso haja disponibilidade de caixa suficiente e fluxo de recursos favorável, salientando-se que essa possibilidade de antecipação do pagamento do crédito está condicionada à incidência do deságio, trazendo-se o valor da parcela a valor presente pela variação reversa da TR + 2% (dois por cento) ao ano da data em que ocorrer a antecipação, desde que não haja prejuízo aos demais CREDORES ME OU EPP.

- 5.4.4. Não incidirão quaisquer juros ou correção monetária sobre os CRÉDITOS ME OU EPP entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento além do que estiver expressamente previsto nesta Cláusula 5.4 e sub-cláusulas.
- 5.4.5. Ante a NOVAÇÃO derivada da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, as multas e penalidades previstas nas DEMANDAS ou nos acordos eventualmente celebrados em sede das DEMANDAS serão integralmente remidas, não sendo, pois, devidas.
- 5.5. CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES.
- 5.5.1. Considerando a importância de que seja mantido o fornecimento de mercadorias para revenda ao GRUPO FORTALEZA, os CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES que optarem por receber seus CRÉDITOS nos termos desta Cláusula 5.4.4 concordam, cumulativamente, a (i) retornar, em até 30 (trinta) dias contados da data de solicitação pelo GRUPO FORTALEZA, e desde que solicitado pelo GRUPO FORTALEZA, a oferta de fornecimento para o GRUPO FORTALEZA de produtos não financeiros, conforme aplicável, nos mesmos volumes, sortimento, prazo de entrega e condições acordados entre a FORTALEZA e o respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR; (ii) retornar imediatamente outras negociações acessórias, tais como verbas, bônus etc., de forma a permitir o reestabelecimento das margens combinadas entre a FORTALEZA e o respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR; (iii) conceder, imediatamente após a quitação integral do CRÉDITO do respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR, a extensão imediata de prazo de pagamento para o GRUPO FORTALEZA para o prazo usualmente praticado durante o ano de 2020; e (iv) manter o COMPROMISSO DE NÃO LITIGAR previsto na Cláusula 7.3.
- 5.5.1.1. Os CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES terão seus CRÉDITOS quitados integralmente em parcela única, sem deságio e sem correção, em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.5.1.2. Caso o respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR deixe de cumprir por 30 (trinta) dias consecutivos após sua notificação com qualquer dos compromissos assumidos nos termos da Cláusula 5.5.1.1 acima, o CRÉDITO do respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR ficará sujeito aos seguintes descontos e nova forma de pagamento:
- i. Após os primeiros 30 (trinta) dias consecutivos de descumprimento – aplicação de um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o saldo remanescente do valor do principal;
  - ii. Após 60 (sessenta) dias consecutivos de descumprimento – o desconto sobre o saldo remanescente do valor do principal passará a ser de 10% (dez por cento);

- iii. Após 90 (noventa) dias consecutivos de descumprimento – o desconto sobre o saldo remanescente do valor do principal passará a ser de 20% (vinte por cento);
  - iv. Após 120 (cento e vinte) dias consecutivos de descumprimento – o desconto sobre o saldo remanescente do valor do principal passará a ser de 40% (quarenta por cento);
  - v. Após 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos de descumprimento, o respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR deixará de ser considerado um CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR e receberá o pagamento do saldo remanescente do seu CRÉDITO conforme a regra geral das Cláusulas 5.1 a 5.3.7, conforme sua classificação.
- 5.5.1.3. As RECUPERANDAS terão a opção, mas não a obrigação, a seu exclusivo critério, após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO, de quitar a totalidade ou parte do saldo remanescente dos CRÉDITOS de titularidade dos CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES, mediante a utilização de eventuais créditos, benefícios, bônus ou equivalentes, concedidos pelo respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR.
- 5.5.1.4. O GRUPO FORTALEZA não estará obrigado a solicitar, nem a contratar, novos produtos oferecidos pelo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR, podendo contratar novos produtos estritamente de acordo com sua necessidade operacional e as melhores ofertas de mercado.
- 5.5.1.5. Os CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES que tenham interesse em receber o pagamento de seus CRÉDITOS nos termos definidos nesta Cláusula 5.4.4 também deverão estar adimplentes com seu COMPROMISSO DE NÃO LITIGAR previsto na Cláusula 7.3 e concordar em assinar o termo de adesão para CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR constante do Anexo III. O termo de adesão para CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR deverá ser assinado e enviado de forma escrita para as RECUPERANDAS, em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE HOMOLOGAÇÃO para o GRUPO FORTALEZA efetuar o pagamento a partir da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.6. CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS.
- 5.6.1. Considerando a importância de que seja mantido o fornecimento de crédito ao GRUPO FORTALEZA, os CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS que optarem por receber seus CRÉDITOS nos termos desta Cláusula 5.6 concordam, cumulativamente, (i) a reestabelecer, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo GRUPO FORTALEZA, e desde que solicitado pelo GRUPO FORTALEZA, a oferta de crédito para o GRUPO FORTALEZA, nas mesmas linhas de crédito, condições de pagamento, taxas de juro e índice de correção monetária ordinariamente oferecidos

ao GRUPO FORTALEZA durante o ano de 2020; e (ii) a manter o COMPROMISSO DE NÃO LITIGAR previsto na Cláusula 7.3.

5.6.1.1. Os CRÉDITOS dos CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS não sofrerão qualquer deságio e serão quitados da seguinte maneira:

- i. Os mútuos e financiamentos, com garantia ou não, eventualmente concedidos pelos CREDITORES COLABORADORES FINANCEIROS após a DATA DO PEDIDO (“CRÉDITO NOVO”) serão destinados, preferencialmente, para a aquisição de estoques para a FORTALEZA; e
- ii. 30% do LUCRO BRUTO da FORTALEZA advindo da venda desses estoques adquiridos com o CRÉDITO NOVO será destinado, exclusivamente, para quitação do saldo do CRÉDITOS dos CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS anteriores à DATA DO PEDIDO que, por sua vez, se comprometem a fornecer 80% do valor desse pagamento como CRÉDITO NOVO à FORTALEZA para aquisição de novos estoques, reiniciando-se o ciclo do item anterior.

5.6.1.2. O CRÉDITO NOVO será considerado FINANCIAMENTO DIP e, portanto, como CRÉDITO EXTRACONCURSAL, e será quitado na forma em que for concedido e será garantido pelas duplicatas oriundas das vendas dos estoques adquiridos pela FORTALEZA com o uso do CRÉDITO NOVO.

5.6.1.3. Os CRÉDITOS originais dos CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS serão corrigidos entre a DATA DO PEDIDO e a data do efetivo pagamento pela TR.

5.6.1.4. Caso o respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO deixe de cumprir por 30 (trinta) dias consecutivos após ser notificado com qualquer dos compromissos assumidos nos termos da Cláusula 5.6.1.1 acima, o CRÉDITO do respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO ficará sujeito aos seguintes descontos e nova forma de pagamento:

- i. Após os primeiros 30 (trinta) dias consecutivos de descumprimento – aplicação de um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o saldo remanescente do valor do principal;
- ii. Após 60 (sessenta) dias consecutivos de descumprimento – o desconto sobre o saldo remanescente do valor do principal passará a ser de 10% (dez por cento);
- iii. Após 90 (noventa) dias consecutivos de descumprimento – o desconto sobre o saldo remanescente do valor do principal passará a ser de 20% (vinte por cento);

- iv. Após 120 (cento e vinte) dias consecutivos de descumprimento – o desconto sobre o saldo remanescente do valor do principal passará a ser de 40% (quarenta por cento);
  - vi. Após 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos de descumprimento, o respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO deixará de ser considerado um CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO e receberá o pagamento do saldo remanescente do seu CRÉDITO conforme a regra geral das Cláusulas 5.1 a 5.3.7, conforme sua classificação.
- 5.6.1.5. As RECUPERANDAS terão a opção, mas não a obrigação, a seu exclusivo critério, após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO, de quitar a totalidade ou parte do saldo remanescente dos CRÉDITOS de titularidade dos CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS, mediante a utilização de eventuais créditos, benefícios, bônus ou equivalentes, concedidos pelo respectivo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO.
- 5.6.1.6. O GRUPO FORTALEZA não estará obrigado a solicitar, nem a contratar, novos mútuos ou financiamentos oferecidos pelo CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO, podendo contratar novos financiamentos ou mútuos estritamente de acordo com sua necessidade operacional e as melhores ofertas de mercado.
- 5.6.1.7. Os CREDITORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS que tenham interesse em receber o pagamento de seus CRÉDITOS nos termos definidos nesta Cláusula 5.6 também deverão estar adimplentes com seu COMPROMISSO DE NÃO LITIGAR previsto na Cláusula 7.3 e concordar em assinar o termo de adesão para CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO constante do Anexo IV. O termo de adesão para CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO deverá ser enviado por escrito para as RECUPERANDAS, em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE HOMOLOGAÇÃO, para o GRUPO FORTALEZA efetuar o pagamento a partir da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.
- 5.7. CRÉDITOS DE PARTES RELACIONADAS.
- 5.7.1. Os CRÉDITOS DE PARTES RELACIONADAS serão quitados, após aplicação de deságio de 80% (oitenta por cento), em apenas uma parcela em 2033, após o término do pagamento dos CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS previsto na forma da Cláusula 5.3, sendo certo que as RECUPERANDAS poderão, a seu exclusivo critério, quitar os referidos CRÉDITOS DE PARTES RELACIONADAS mediante formas alternativas de extinção e/ou pagamento, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas na forma da LEI.

- 5.8. CRÉDITOS ILÍQUIDOS. Os CRÉDITOS ILÍQUIDOS se sujeitam integralmente aos termos e condições deste PLANO e aos efeitos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial ou arbitral que os tornem líquidos, transitada em julgado, ou por acordo entre as partes, os CRÉDITOS ILÍQUIDOS serão pagos na forma prevista da CLASSE em que porventura se encontre, exceto quando disposto de forma distinta neste Plano.
- 5.9. CRÉDITOS RETARDATÁRIOS. Além das demais hipóteses previstas na LRF, na hipótese de reconhecimento de CRÉDITOS por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, posteriormente à DATA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO ao JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, serão eles considerados CRÉDITOS RETARDATÁRIOS e deverão ser pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste PLANO para a CLASSE na qual os CRÉDITOS RETARDATÁRIOS em questão devam ser habilitados e incluídos
- 5.10. MODIFICAÇÃO DO VALOR DE CRÉDITOS. Na hipótese de modificação do valor de qualquer dos CRÉDITOS já reconhecidos e inseridos na RELAÇÃO DE CREDORES por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, o valor alterado do respectivo CRÉDITO deverá ser pago nos termos previstos neste PLANO.
- 5.11. RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS. Caso, por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, seja determinada a reclassificação de qualquer dos CRÉDITOS, o CRÉDITO reclassificado deverá ser pago nos termos e condições previstos na sua respectiva CLASSE, compensados eventuais valores já pagos.
- 5.12. CREDORES EXTRACONCURSAIS ADERENTES. Os CREDORES EXTRACONCURSAIS que desejarem receber os seus CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS na forma deste PLANO, poderão fazê-lo, desde que informem às RECUPERANDAS no prazo de até 30 (trinta) dias contados da DATA DE HOMOLOGAÇÃO.

#### **CLÁUSULA 6.<sup>a</sup> – DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

- 6.1. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. As RECUPERANDAS poderão realizar operações de reorganização societária, tais como cisão, fusão, incorporação de uma ou mais sociedades, transformação, dissolução ou liquidação sempre com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, otimizar as suas operações e/ou incrementar os seus resultados, contribuindo assim para o cumprimento das obrigações constantes deste PLANO, desde que observadas eventuais exigências, autorizações ou limitações previstas nos CONTRATOS SOCIAIS das RECUPERANDAS.



## CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> – DA VINCULAÇÃO DO PLANO

- 7.1. VINCULAÇÃO DO PLANO. As disposições do PLANO vinculam o GRUPO FORTALEZA e seus CREDORES CONCURSAIS, os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO.
- 7.2. NOVAÇÃO. Com a HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, o PLANO novará os CRÉDITOS CONCURSAIS, conforme o disposto no art. 61 da LRF, que serão pagos nos termos deste PLANO.
  - 7.2.1. Todos os termos, condições, garantias, avais, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, restrições, dentre outros, e todas as obrigações relativas aos CRÉDITOS CONCURSAIS serão extintas e deixarão de ser aplicáveis às RECUPERANDAS por efeito da NOVAÇÃO decorrente da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO.
  - 7.2.2. Dessa forma, a NOVAÇÃO decorrente da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO implicará a extinção e o respectivo cancelamento e/ou a rescisão, conforme o caso, de todas e quaisquer obrigações sujeitas à RECUPERAÇÃO JUDICIAL decorrentes de títulos e valores mobiliários, contratos financeiros, bem como de qualquer outro instrumento pago nos termos deste PLANO.
- 7.3. COMPROMISSO DE NÃO LITIGAR. Os CREDORES TRABALHISTAS, CREDORES COM GARANTIA REAL, CREDORES QUIROGRAFÁRIOS, CREDORES FORNECEDORES COLABORADORES e CREDORES FORNECEDORES COLABORADORES FINANCEIROS concordam que, ao optarem por ter seus respectivos CRÉDITOS reestruturados nos termos deste PLANO estarão obrigados a (i) não ser parte em nenhuma DEMANDA contra as RECUPERANDAS, seus sócios, avalistas, co-devedores, fiadores ou administradores, (ii) requerer a suspensão ou desistir de toda e qualquer DEMANDA contra as RECUPERANDAS, seus sócios, avalistas, co-devedores, fiadores ou administradores; e/ou (iii) se abster de tomar qualquer medida de execução ou ajuizar qualquer DEMANDA contra as RECUPERANDAS, seus sócios, avalistas, co-devedores, fiadores ou administradores, ressalvadas, em qualquer dos casos previstos nos itens (i) a (iii), DEMANDAS relacionadas à inclusão dos seus respectivos CRÉDITOS na RELAÇÃO DE CREDORES ou ao montante de tais CRÉDITOS previstos na RELAÇÃO DE CREDORES (“COMPROMISSO DE NÃO LITIGAR”).
- 7.4. EXTINÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS. Com a HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO, todas as ações, execuções, pretensões (ainda que não deduzidas em juízo), processos judiciais e arbitrais em curso que tenham por objeto a cobrança de CRÉDITOS CONCURSAIS e de direitos a eles relativos, incluindo contra o GRUPO FORTALEZA serão extintas com a liberação de todas e quaisquer penhoras ou constrições existentes na DATA DE HOMOLOGAÇÃO, salvo as ações que estiverem demandando quantia ilíquida exclusivamente em relação a CRÉDITOS, com o objetivo de inclusão do crédito na

RELAÇÃO DE CREDORES, nos termos do art. 6º, § 1º da LRF, as quais serão extintas após o trânsito em julgado da decisão que definir a quantia líquida devida.

- 7.5. CANCELAMENTO DE PROTESTOS. A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em CRÉDITO CONCURSAL, bem como na exclusão definitiva do nome das RECUPERANDAS nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de CRÉDITO CONCURSAL.
- 7.6. FORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O GRUPO FORTALEZA, os adquirentes de quaisquer ativos de propriedade de qualquer das RECUPERANDAS e os CREDORES e seus representantes e advogados deverão praticar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para o cumprimento e implementação do disposto neste PLANO.
- 7.7. MODIFICAÇÃO DO PLANO. O GRUPO FORTALEZA poderá apresentar aditamentos, alterações ou modificações ao PLANO a qualquer tempo após a DATA DE HOMOLOGAÇÃO, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitos e aprovados pelos CREDORES CONCURSAIS, nos termos da LRF.
- 7.8. EFEITO VINCULATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PLANO. Os aditamentos, alterações ou modificações ao PLANO vincularão o GRUPO FORTALEZA, seus CREDORES CONCURSAIS e seus respectivos cessionários e sucessores, a partir de sua aprovação pelos CREDORES CONCURSAIS na forma dos arts. 45 ou 58, *caput* ou §1º da LRF.
- 7.9. QUITAÇÃO. Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste PLANO acarretarão, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, rasa, irrevogável e irretratável, pelos CREDORES CONCURSAIS, de todo e qualquer CRÉDITO CONCURSAL contra o GRUPO FORTALEZA e seus fiadores, avalistas, garantidores, co-devedores, sucessores e cessionários, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações, seja por obrigação principal ou fidejussória, de modo que os CREDORES CONCURSAIS nada mais poderão reclamar contra as RECUPERANDAS e seus fiadores, avalistas, garantidores, sucessores e cessionários relativamente aos CRÉDITOS CONCURSAIS, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.
- 7.10. RATIFICAÇÃO DE ATOS. A APROVAÇÃO DO PLANO pela ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES implicará a aprovação e ratificação de todos os atos regulares de gestão praticados e medidas adotadas pelas RECUPERANDAS para implementar a sua reestruturação, em especial aquelas adotadas no curso da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, incluindo, mas não se limitando, aos atos necessários à reestruturação na forma proposta neste

PLANO, bem como todos demais atos e ações necessárias para integral implementação e consumação deste PLANO e da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, os quais ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito.

- 7.11. ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE E RENÚNCIA EM RELAÇÃO ÀS PARTES ISENTAS. Em decorrência da APROVAÇÃO DO PLANO, os CREDORES expressamente reconhecem e isentam as PARTES ISENTAS de toda e qualquer responsabilidade pelos atos praticados e obrigações contratadas, antes e depois da DATA DO PEDIDO, inclusive com relação à reestruturação do GRUPO FORTALEZA em geral e a prevista neste PLANO, conferindo às PARTES ISENTAS a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação de todos os direitos e pretensões materiais ou morais porventura decorrentes dos referidos atos a qualquer título, exceto com relação a atos praticados e obrigações contratadas com dolo por PARTES ISENTAS em descumprimento à LEI.
- 7.11.1. A APROVAÇÃO DO PLANO representa igualmente expressa e irrevogável renúncia dos CREDORES a quaisquer reivindicações, ações ou direitos de ajuizar, promover ou reivindicar, pela via arbitral, judicial ou extrajudicialmente, a qualquer título e sem reservas ou ressalvas, a qualquer tempo, hoje ou no futuro, a reparação de danos e/ou quaisquer outras ações ou medidas contra as PARTES ISENTAS em relação aos atos praticados e obrigações assumidas pelas PARTES ISENTAS, inclusive em virtude de e/ou no curso da RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
- 7.11.2. Ficam ressalvados da isenção e renúncia previstas nesta Cláusula 7.11 aqueles atos praticados com dolo pelas PARTES ISENTAS em descumprimento à Lei aplicável, sendo certo que, nestes casos, as RECUPERANDAS poderão buscar a responsabilidade das respectivas PARTES ISENTAS que atuaram dolosamente em descumprimento à Lei.

#### **CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> – DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

- 8.1. FORMA DE PAGAMENTO. Exceto se previsto de forma diversa neste PLANO, os valores devidos aos CREDORES, nos termos deste PLANO, serão pagos mediante transferência direta de recursos, por meio de documento de ordem de crédito (DOC), de transferência eletrônica disponível (TED), ou por pagamento instantâneo brasileiro (PIX), em conta de cada um dos CREDORES a ser informada individualmente pelo CREDOR mediante apresentação de petição indicando tal conta nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou através de envio de e-mail para a FORTALEZA na forma da Cláusula 8.8.
- 8.1.1. Os documentos da efetiva transferência de recursos servirão como comprovante de quitação dos respectivos valores efetivamente pagos pelas RECUPERANDAS.

- 8.1.2. Dentro de 15 (quinze) dias contados da DATA DE HOMOLOGAÇÃO, os CREDITORES CONCURSAIS deverão informar, mediante protocolo nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou através de envio de e-mail à FORTALEZA, a conta corrente indicada para pagamento.
- 8.1.3. Os pagamentos que não forem realizados exclusivamente em razão de os CREDITORES CONCURSAIS não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento do PLANO.
- 8.1.4. Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os CREDITORES CONCURSAIS não terem informado suas contas bancárias.
- 8.2. ANUÊNCIA DOS CREDITORES. Os CREDITORES CONCURSAIS têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus CRÉDITOS são alterados por este PLANO. Os CREDITORES CONCURSAIS, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste PLANO.
- 8.3. PAGAMENTO MÁXIMO. Os CREDITORES CONCURSAIS não receberão do GRUPO FORTALEZA, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste PLANO para pagamento de seus CRÉDITOS CONCURSAIS, os quais deverão sempre observar o previsto na RELAÇÃO DE CREDITORES.
- 8.4. DIVISIBILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO PLANO. Na hipótese de qualquer termo ou disposição do PLANO ser considerada inválida, nula ou ineficaz, o restante dos termos e disposições do PLANO permanecerão válidos e eficazes.
- 8.5. RENÚNCIA E MANUTENÇÃO DE DIREITOS. A renúncia de qualquer das PARTES de qualquer violação deste, por outra parte ou de ato diverso tomado pela outra parte estipulada aqui, não implicará novação ou renúncia em relação às demais obrigações aqui estipuladas.
- 8.6. IMPOSTOS E MEDIDAS ADICIONAIS. Cada CREDOR CONCURSAL deverá ser responsável pelos impostos e tributos de que seja contribuinte ou a parte responsável de acordo com as leis aplicáveis, decorrentes ou relacionadas ao cumprimento dos termos e condições deste PLANO.
- 8.6.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.6 acima, cada CREDOR CONCURSAL ficará responsável por tomar todas as medidas necessárias para o cumprimento dos termos e condições deste PLANO, inclusive, mas não se limitando, para que possa receber os títulos aqui previstos e proceder aos registros necessários junto ao Banco

Central e outras autoridades governamentais competentes, de acordo com as leis aplicáveis.

- 8.7. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. A RECUPERAÇÃO JUDICIAL será encerrada conforme o disposto nos arts. 61 e 63 da LRF.
- 8.8. COMUNICAÇÕES. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações ao GRUPO FORTALEZA em relação ao presente PLANO deverão ser enviadas de forma escrita, com aviso de recebimento ("AR") no endereço da Fortaleza abaixo, com protocolo de entrega ou por meio eletrônico (via e-mail) com comprovante de transmissão. Todas as comunicações deverão ser endereçadas a:

GRUPO FORTALEZA

AVENIDA WASHINGTON LUIZ, S/Nº, QUADRA 03, LOTE 03, SETOR ESTRELA D'ALVA, EDÉIA, GOIÁS, CEP: 75.940-000

A/C Valdiron Eugenio da Silva

TELEFONE: (64) 3492-1024

EMAIL: marisa@fortalezaagricola.com.br

- 8.9. CESSÕES DE CRÉDITOS CONCURSAIS. Os CREDORES CONCURSAIS poderão ceder seus CRÉDITOS CONCURSAIS ou direitos de participação sobre tais CRÉDITOS CONCURSAIS a outros CREDORES CONCURSAIS ou a TERCEIROS, e tal cessão somente será considerada eficaz e produzirá efeitos desde que (i) a cessão seja notificada para o GRUPO FORTALEZA e para a ADMINISTRADOR JUDICIAL com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes das datas de pagamento; (ii) a notificação seja acompanhada do comprovante de que os cessionários receberam e aceitaram, de forma irrevogável, os termos e as condições previstas neste PLANO (incluindo, mas não se limitando, às condições de pagamento), e que tem conhecimento que o crédito cedido é um CRÉDITO CONCURSAL sujeito às disposições do PLANO; e (iii) a cessão ou a promessa de cessão seja imediatamente comunicada ao JUÍZO DA RECUPERAÇÃO, na forma do art. 39, §7º da LRF.
- 8.10. ALTERAÇÕES ANTERIORES À APROVAÇÃO DO PLANO. As RECUPERANDAS se reservam o direito, na forma da LEI, de alterar este PLANO até a data da APROVAÇÃO DO PLANO, inclusive de modo a complementar o protocolo com documentos adicionais e traduções de documentos correlatos.
- 8.11. LEI DE REGÊNCIA. O PLANO será regido e interpretado pelas leis da República Federativa do Brasil.

- 8.12. ELEIÇÃO DE FORO. Os seguintes juízos terão competência para dirimir quaisquer controvérsias em relação ao PLANO: (i) o JUÍZO DA RECUPERAÇÃO, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial; e (ii) à Câmara de Mediação e Arbitragem - CAMES, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O PLANO é firmado por representantes legais devidamente constituídos pelo GRUPO FORTALEZA.
- 8.12.1. As disputas ou controvérsias relativas ao PLANO que ocorrerem após o encerramento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL serão definitivamente resolvidas por arbitragem, administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – CAMES, que procederá nos termos do seu Regulamento de Arbitragem.
- 8.12.2. As custas e honorários do procedimento de arbitragem serão rateados igualmente entre as partes, salvo quanto a prova cuja produção for de interesse exclusivo de uma das partes.
- 8.12.3. A parte vencida ressarcirá a parte vencedora quanto às custas e honorários suportados no curso do processo de arbitragem, conforme definido na sentença arbitral.
- 8.12.4. As partes aderem ao procedimento de Arbitragem de Emergência previsto no Regulamento de Arbitragem da CAMES, para medidas urgentes que sejam necessárias, previamente à instauração do TRIBUNAL ARBITRAL.
- 8.12.5. O procedimento arbitral será conduzido por TRIBUNAL ARBITRAL, constituído por três Árbitros, designado nos termos do Regulamento de Arbitragem da CAMES.
- 8.12.6. Os honorários sucumbenciais serão fixados pelo TRIBUNAL ARBITRAL em no mínimo 5% e no máximo 15% do valor da causa.
- 8.12.7. O procedimento arbitral será realizado na cidade de Brasília, na sede da Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – CAMES DF, onde será igualmente proferida a sentença arbitral.
- 8.12.8. O foro para dirimir questões urgentes, bem como para executar eventual sentença arbitral será o de Brasília – DF.

O PLANO é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos pelo GRUPO FORTALEZA.

Brasília, 6 de outubro de 2023.

*[página de assinaturas a seguir]*

*[restante da página deixado intencionalmente em branco]*

*[Página de assinaturas do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Fortaleza]*

*Recuperandas:*

FORTALEZA AGRÍCOLA

FORTALEZA EIRELI

FG5 COMÉRCIO E ARMAZÉNS GERAIS

VALDIRON EUGÊNIO DA SILVA

## Lista de Anexos

Anexo I – Lista de Ativos do GRUPO FORTALEZA

Anexo II.1 – Termo de Adesão Pessoa Jurídica

Anexo II.2 – Termo de Adesão Pessoa Física

Anexo III – Termo de Adesão da Opção de Credor Fornecedor Colaborador

Anexo IV – Termo de Adesão da Opção de Credor Fornecedor Colaborador Financeiro

Anexo V – Laudo Econômico-Financeiro

Anexo VI – Laudos de Avaliação de Bens e Ativos



Anexo I – Lista de Ativos do GRUPO FORTALEZA

- A. “Fazenda Fortaleza”, imóvel de matrícula 3.360 do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas, área de 243.30.25 Hectares, Figueirópolis – Tocantins;
- B. “Fazenda Fortaleza”, imóvel de matrícula 3.364 do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas, área de 550.87.19 Hectares, Figueirópolis – Tocantins;
- C. “Fazenda Fortaleza”, imóvel de matrícula 3.362 do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas, área de 170.61.41 Hectares, Figueirópolis – Tocantins;
- D. “Chácara Fortaleza”, imóvel de matrícula 7.258 do Cartório de Registro de Imóveis de Formoso do Araguaia-TO, área de 4.84.00 Hectares, Formoso do Araguaia – Tocantins;
- E. Chácara nº 18, imóvel de matrícula 5.105 do Registro Geral de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Porangatu-GO, área de 29.546,00 m², Setor Leste de Porangatu-GO
- F. Chácara nº 19, imóvel de matrícula 5.116 do Registro Geral de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Porangatu-GO, área de 23.242,00 m², Setor Leste de Porangatu-GO
- G. Lote nº 2, imóvel de matrícula 4.709 do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdição e Tutelas de Edeia-GO, na Av. Washington Luiz de Edeia-GO
- H. Lote nº 3, imóvel de matrícula 4.709 do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdição e Tutelas de Edeia-GO, na Av. Washington Luiz de Edeia-GO
- I. Lote nº 28, imóvel de matrícula 4.709 do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdição e Tutelas de Edeia-GO, na Rua Hermenegildo José Lopes de Edeia-GO
- J. Lote nº 29, imóvel de matrícula 4.709 do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdição e Tutelas de Edeia-GO, na Rua Hermenegildo José Lopes de Edeia-GO
- K. Lote nº 30, imóvel de matrícula 4.709 do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdição e Tutelas de Edeia-GO, na Rua Hermenegildo José Lopes de Edeia-GO

- L. Lotes 2 ao 30 do Loteamento Cidade Industrial – 2ª Etapa, Gurupi – TO
- M. Lotes 10 ao 14 e 21 ao 25, Quadra 80, do Loteamento Cidade Industrial – 2ª Etapa, Gurupi – TO
- N. Lotes 2 ao 29, Quadra 61, do Loteamento Cidade Industrial – 2ª Etapa, Gurupi – TO
- O. Lotes 1 ao 30, Quadra 39, do Loteamento Cidade Industrial – 2ª Etapa, Gurupi – TO
- P. Plantadeira Adubadora Pantográfica - JM3090PD - 2014
- Q. Trator John Deere 7225 - 2015
- R. Plantadeira Adubadora Ceres - JM3090PD - SRG EX20 - 2015
- S. Distribuidor de Adubo e Calcário Master 12000 HP
- T. Plana Agrícola Dianteira Modelo PAD 2000
- U. Trator John Deere 6180 - 2013
- V. Trator John Deere 7225J - 2015
- W. Carreta Metal Basculante Acton 5000 Hidr. RD ST
- X. Carreta Graneleira Reboke 25000 Inox
- Y. Balança de Curral - 2002
- Z. Brete de Curral Madeira Coimma - 2002
- AA.Semeadora e Adubadora Ikeda Modelo MS60 CR F 15
- BB.Carreta de Plataforma 2 Eixos - Marca Rodma
- CC.Extrator de Grãos Outgrain 215
- DD. Lancer JM 1350 KG
- EE. 3 Semeadora e Adubadora Ikeda Modelo MS60 CR F 15
- FF. Trator Ford 6610
- GG. Trator John Deere 6605 - Com Lâmina
- HH. Trator John Deere 6125 - 2021

II. Reboke 6000 TSI - 2021

JJ. Pipa D'água Facchini 10.500L - 2019

KK. Embolsadora de Grãos Ingran - 2021

LL. Roçadeira Baldan - 2021

MM. Grade Aradora Civemasa 36x28

NN. Grade Aradora Piccin 16x36

OO. Niveladora 62 Discos

PP. Enleirador EW-4000 HD Com Kit Arrasto

QQ. Triturador de Pedra Thor - 2400 AR

RR. Toyota Hillux Cab. Simples Carroceria de Madeira – 2022

Anexo II – Termo de Adesão da opção de Credor Quirografário até R\$ 50 mil

“TERMO DE ADESÃO DA OPÇÃO DE CREDOR QUIROGRAFÁRIO ATÉ R\$ 50 MIL

Fazemos referência ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Fortaleza aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em (•) e homologado pelo Juízo da Recuperação em (•) (“Plano”). Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos neste Termo de Adesão (“Termo”) terão o significado a eles atribuído no Plano.

Em atendimento ao disposto na Cláusula 5.3.4 do Plano, [inserir nome / razão social do Credor], inscrito no CPF/CNPJ sob nº [inserir nº do documento], com endereço na [inserir endereço do credor], neste ato, [por si / por meio de seu representante legal] [inserir nome do representante legal se aplicável (“Credor”), na qualidade de Credor detentor de Créditos Quirografários acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), (i) declara, para os devidos fins, em especial para os efeitos do Plano, que, por livre e espontânea vontade, opta e concorda em receber o pagamento do valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), (ii) renuncia, pelo presente Termo, ao direito de receber o pagamento do valor de seu Crédito Quirografário que exceder R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (doze mil Reais), e (iii) outorga às Recuperandas a mais ampla, rasa, irrevogável e irretratável quitação pelo recebimento do valor integral dos seus respectivos Créditos Quirografários na forma da Cláusula 5.3.4.

[INSERIR LOCAL E DATA]

---

[NOME DO CREDOR // NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]”

### Anexo III – Termo de Adesão da Opção de Credor Fornecedor Colaborador

#### “TERMO DE ADESÃO DA OPÇÃO DE CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR

Fazemos referência ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Fortaleza aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em (•) e homologado pelo Juízo da Recuperação em (•) (“Plano”). Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos neste Termo de Adesão (“Termo”) terão o significado a eles atribuído no Plano.

Em atendimento ao disposto na Cláusula 5.5.1.5 do Plano, [inserir nome / razão social do Credor], inscrito no CPF/CNPJ sob nº [inserir nº do documento], com endereço na [inserir endereço do credor], neste ato, [por si / por meio de seu representante legal] [inserir nome do representante legal se aplicável (“Credor”), na qualidade de Credor Fornecedor Colaborador, declara, para os devidos fins, em especial para os efeitos do Plano, que (i) se enquadra como um Credor Fornecedor Colaborador, conforme previsto no Plano, (ii) concorda e está adimplente com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 7.3 do Plano, (iii) concorda em retornar, em até 30 (trinta) dias contados de (•), desde que solicitado pelo Grupo Fortaleza, a oferta de fornecimento para o Grupo Fortaleza de produtos não financeiros, conforme aplicável, nos mesmos volumes, sortimento, prazo de entrega e condições acordados entre o Grupo Fortaleza e o respectivo Credor Fornecedor Colaborador; (iv) concorda em retornar imediatamente outras negociações acessórias, tais como verbas, bônus, de forma a permitir o reestabelecimento das margens combinadas entre o Grupo Fortaleza e o respectivo Credor Fornecedor Colaborador; (v) concorda em conceder, imediatamente após a quitação integral do Crédito original do respectivo Credor Fornecedor Colaborador, a extensão imediata de prazo de pagamento para o Grupo Fortaleza para o prazo usualmente praticado durante o ano de 2020, e (vi) por livre e espontânea vontade, opta e concorda em receber o pagamento do valor total do seus Créditos originais de acordo com os termos e condições previstos na Cláusula 5.5 e subcláusulas do Plano.

O Credor declara e reconhece ao Grupo Fortaleza e a quem possa interessar, para todos os fins de direito, que, mediante o pagamento de parte ou da totalidade dos seus Créditos originais nos termos do Plano, Grupo Fortaleza nada mais deverá ao Credor a qualquer título ou a qualquer tempo com relação àquela parcela ou à totalidade dos Créditos efetivamente pagos, servindo o comprovante da referida operação financeira como prova de quitação plena, irrevogável e irretratável, da parte ou totalidade dos Créditos pagos pelo Grupo Fortaleza.

Por fim, mediante o envio do presente Termo, o Credor expressamente reconhece, concorda e ratifica todos os efeitos do Plano em relação a ele e ao seu Crédito.

[INSERIR LOCAL E DATA]

---

[NOME DO CREDOR // NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]”

#### Anexo IV – Termo de Adesão da Opção de Credor Fornecedor Colaborador Financeiro

##### “TERMO DE ADESÃO DA OPÇÃO DE CREDOR FORNECEDOR COLABORADOR FINANCEIRO

Fazemos referência ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Fortaleza aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em (•) e homologado pelo Juízo da Recuperação em (•) (“Plano”). Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos neste Termo de Adesão (“Termo”) terão o significado a eles atribuído no Plano.

Em atendimento ao disposto na Cláusula 5.6.1.7 do Plano, [inserir nome / razão social do Credor], inscrito no CPF/CNPJ sob nº [inserir nº do documento], com endereço na [inserir endereço do credor], neste ato, [por si / por meio de seu representante legal] [inserir nome do representante legal se aplicável (“Credor”), na qualidade de Credor Fornecedor Colaborador Financeiro, declara, para os devidos fins, em especial para os efeitos do Plano, que (i) se enquadra como um Credor Fornecedor Colaborador Financeiro, conforme previsto no Plano, (ii) concorda e está adimplente com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 7.3 do Plano, (iii) concorda em retornar, em até 30 (trinta) dias contados de (•), desde que solicitado pelo Grupo Fortaleza, a oferta de fornecimento de crédito para o Grupo Fortaleza, conforme aplicável, nas mesmas linhas de crédito, condições de pagamento, taxas de juro e índice de correção monetária oferecidos ao Grupo Fortaleza durante o ano de 2020 e o respectivo Credor Fornecedor Colaborador Financeiro; (iv) concorda em conceder, imediatamente após a quitação integral do Crédito original do respectivo Credor Fornecedor Colaborador Financeiro, a extensão imediata de prazo de pagamento para o Grupo Fortaleza para o prazo usualmente praticado durante o ano de 2020, e (v) por livre e espontânea vontade, opta e concorda em receber o pagamento do valor total do seus Créditos originais de acordo com os termos e condições previstos na Cláusula 5.6 e subcláusulas do Plano.

O Credor declara e reconhece ao Grupo Fortaleza e a quem possa interessar, para todos os fins de direito, que, mediante o pagamento de parte ou da totalidade dos seus Créditos originais nos termos do Plano, Grupo Fortaleza nada mais deverá ao Credor a qualquer título ou a qualquer tempo com relação àquela parcela ou à totalidade dos Créditos efetivamente pagos, servindo o comprovante da referida operação financeira como prova de quitação plena, irrevogável e irretratável, da parte ou totalidade dos Créditos pagos pelo Grupo Fortaleza.

Por fim, mediante o envio do presente Termo, o Credor expressamente reconhece, concorda e ratifica todos os efeitos do Plano em relação a ele e ao seu Crédito.

[INSERIR LOCAL E DATA]

---

[NOME DO CREDOR // NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]”